

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2022:

---Aos três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Esposende, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Município, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Esposende, sob a presidência do Arq. António Benjamim da Costa Pereira, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os senhores Vereadores:

Eng.º Artur Guilherme Lima de Sousa Emílio,
Eng.ª Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
Eng.º Luís António Sequeira Peixoto,
Dr. António Sérgio Moreira Mano,
Dr. Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, e
Dr.ª Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.

---A reunião foi secretariada por Mafalda Sofia Miguéis dos Santos Ferreira, Licenciada e Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos da Câmara Municipal.-----

---Sendo dez horas e dez minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.-----

---Nos termos do disposto no artigo segundo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente, declarado aberto o período de antes da ordem do dia, tendo começado por colocar à consideração dos demais membros do executivo, a discussão e votação de um Voto de Pesar, pelo falecimento do senhor Dr. Juvenal Silva, com o seguinte teor:

*“Faleceu no passado dia 02 de fevereiro de 2022, **Juvenal Silva**, com 91 anos de idade. Esposende perdeu uma das suas referências.*

O Dr. Juvenal Silva foi distinguido com a Medalha de Mérito Municipal, em 2007, pela Câmara Municipal de Esposende, por serviços prestados à comunidade, tendo sido membro da Assembleia Municipal e candidato à Câmara Municipal, pelo Partido Socialista.

Licenciado em Medicina e Cirurgia, pela Faculdade de Medicina do Porto, destacou-se pela especialização em Obstetrícia e Ginecologia, área em que operou uma verdadeira revolução, contribuindo para a irradiação dos partos domiciliários. Por isso, as maternidades de Esposende, Fão e Forjães registaram uma procura inusitada de parturientes, oriundas de todos os pontos do país. Profusamente aludia aos 15.420 bebés que ajudou a nascer.

Na área profissional, o Dr. Juvenal Silva foi médico dos Serviços Médico-Sociais nos postos de Malta (Vila do Conde), Póvoa de Varzim e Barcelos e do Hospital Asilo de S. João de Deus de Fão em Clínica Geral, Obstetrícia e Ginecologia, sendo mais tarde nomeado Diretor da Maternidade.

A vasta atividade ao serviço da Saúde Pública de Esposende, levou-o ao cargo de diretor do Centro de Saúde, na valência Materno Infantil do Centro de Saúde de Esposende, do Instituto Materno-Infantil de Forjães, e Diretor da Maternidade do Hospital Valentim Ribeiro. No Hospital Valentim Ribeiro foi, ainda, diretor clínico e presidente da Comissão Instaladora, aquando da nacionalização.

Na componente social, o Dr. Juvenal Silva foi praticante de Vela, tendo sido sócio fundador do Clube Náutico Foz do Cávado. Acompanhou as equipas de futebol do Fão e do Esposende, como sócio e como responsável pelos departamentos médicos desses clubes.



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100


www.municipio.esposende.pt

Irmão benemérito da Santa Casa da Misericórdia de Esposende, foi também irmão da Santa Casa da Misericórdia de Fão, Sócio dos Bombeiros Voluntários de Esposende, onde foi presidente da Assembleia Geral, também foi sócio dos Bombeiros Voluntários de Fão.

Foi sócio fundador do Rotary Club de Esposende, do qual foi o seu terceiro presidente. Foi, ainda, dirigente e mecenas do Fórum Esposendense.

*Neste momento de dor, os membros do órgão executivo, de todas as bancadas políticas, associam-se à família e amigos de **Juvenal Silva**, endereçando as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”-----*

Pelos restantes membros do executivo foi reconhecida a urgência da deliberação, pelo que admitiram a discussão e votação do mesmo.-----

Colocado à votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. JUVENAL SILVA.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLENCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu com a sua intervenção, nos seguintes termos:

“Assunto seguinte, esclarecimentos sobre a dragagem do estuário do Cávado.

Como sabem está a decorrer neste momento a dragagem do Cávado e o Município, nós, entendemos do nosso ponto de vista, fazer um esclarecimento sobre esse assunto, e sobre algumas situações que nós entendemos que não foram bem geridas neste processo, face ao que está a acontecer.

Tenho aqui um texto que eu passaria a ler, para que fique registado, mais para memória futura, daquilo que nós pensamos em relação ao que aqui aconteceu:

“Estar na vida pública impõe aos seus intervenientes uma conduta de respeito, que se pautar pelo cumprimento de regras essenciais à saudável convivência entre instituições.

Numa tentativa de fazer prova de vida, e numa atitude inqualificável, o PS de Esposende travestiu-se de governo e tornou público, no passado dia 21, que fruto do seu trabalho, será feita a dragagem no Rio Cávado, em Esposende. Condena-se a atitude meramente eleitoralista, tornada pública pela voz do candidato a Deputado Joaquim Barreto, numa sessão partidária realizada em Esposende, e prontamente aproveitada pelo PS Esposende.

Importa esclarecer que o município é completamente a favor da dragagem do Rio Cávado nesta zona, o que não podemos aceitar é, em primeiro lugar, que se trate de obras iniciadas sem qualquer articulação com as intervenções anteriormente executadas, nem tão pouco com aquelas que estão previstas, nomeadamente as empreitadas lançadas pela Polis Litoral Norte. Obras que, a serem feitas desta forma e neste momento, não resolverão, infelizmente, a situação em causa, tratando-se de um enorme desperdício de dinheiro público que resulta de um processo atabalhoado e mal gerido, porquanto já foram feitas outras intervenções similares sem qualquer resultado duradouro.

Como é por demais sabido, o Município de Esposende tem encetado todos os procedimentos tendentes a encontrar uma solução de carácter definitivo para a Barra, em articulação com as entidades envolvidas neste processo, nomeadamente, APA ICNF, DGRM e Ministério do Ambiente, tendo inclusive um estudo sério e cientificamente fundamentado para a Barra, terminado desde o final de 2021, para apresentar no início de fevereiro, o que só não fez neste período, precisamente por estarmos em campanha eleitoral.

Em segundo lugar denunciámos a pressão inadmissível que foi feita sobre o ICNF que o levou a autorizar uma intervenção em plena época da Lampreia com todos os danos ambientais daí resultantes, colocando esta entidade numa situação delicada e claramente permeável a pressões políticas, quando nunca o tinha feito no passado. A isenção e independência destes



organismos deveria ser intocável. E seria, não fora estarmos na presença de dirigentes políticos sem quaisquer escrúpulos ou sequer respeito institucional pelos organismos, e que se julgam donos dos mesmos.

Toda esta irresponsabilidade, repetimos, apenas para colocar umas máquinas a fingir que dragam a foz do rio para tirar umas fotos ridículas em plena campanha eleitoral.

O desrespeito ganha outra dimensão quando tudo isto, desde a apresentação do projeto de Dragagens dos Portos até este espetáculo circense a que aqui assistimos agora, foi feito nas costas e à revelia do município de Esposende.

Importa lembrar que há mais de um ano, o município solicitou uma reunião com o Senhor Ministro do Ambiente, da qual nunca obteve resposta. Importa lembrar ainda que foi o município quem suportou os custos da dragagem da doca de pesca em 2015, quem esteve por detrás da requalificação da doca de pesca em 2021 e do portinho de Apúlia atualmente em curso, assim como na reconstrução dos molhes da barra.

Percebemos agora que não há coincidências entre os timings estabelecidos para o anúncio e a realização da obra, o que se lamenta, uma vez que esta atitude prejudicou severamente a comunidade piscatória do nosso concelho, e continua a adiar a solução que se pretende para este local. Os superiores interesses do concelho devem sobrepor-se aos interesses partidários de qualquer força política, devendo o Governo pugnar pelo respeito institucional para com as entidades que representam as populações.

O anúncio e o arranque da obra feito em plena campanha eleitoral, comprova a demagogia e populismo do PS, que não se importa de, deliberadamente, prejudicar a vida das pessoas e da nossa comunidade, por mera estratégia política.

Como é evidente, quer o ICNF, quer a DGRM, assim como os ministérios do Ambiente e do Mar terão que se explicar perante o município e perante os esposendenses.”

Isto foi um texto que eu tinha publicado e que entretanto resolvi trazer à Câmara, e que tem a ver exatamente com o timing em que foi iniciada esta obra, mas acima de tudo, a forma como isto tudo foi feito, nas costas da Câmara Municipal.

Nós temos tido um papel ativo e eu nem sou muito destas coisas, mas também há limites para algumas atuações.

Acho que não havia necessidade das coisas serem feitas assim, ainda por cima tudo feito nas costas da Câmara. Qual é a lógica, sendo nós ativos diariamente a tentar resolver este problema, com montes de intervenções que ali foram feitas através da Polis Litoral Norte, da qual nós fazemos parte.

Como é que é possível, a DGRM de um dia para o outro aparecer com uma dragagem para ali, sem articular com ninguém.

Eu recordo que há duas empreitadas ali que estão suspensas, e que têm que ser articuladas para se finalizarem.

Uma delas tem a ver com aquela questão dos sacos, eu já disse que a Câmara tem nas suas contas um milhão e cinquenta mil euros, que recebeu de indenização por causa daqueles sacos. É credora de cerca de quinhentos e cinquenta mil euros por parte de obras do empreiteiro. Eu estou a dizer a Câmara, porque entretanto a Polis foi extinta e portanto, passou esse crédito para a Câmara.

Há trinta mil metros cúbicos de areia que estão ainda integrados numa das empreitadas, que era a reconstrução do molhe longitudinal que têm que ser articuladas.

Perante isto, eu pedi uma reunião ao Ministro do Ambiente para articularmos posições e vermos o que é que tem que se fazer, até porque nós, temos um compromisso com a seguradora, nós recebemos o dinheiro, mas temos que fazer aquela obra.

De repente chegam aqui e começam a dragar, sem falar com ninguém, nem é só o desrespeito institucional, é mais a desarticulação disto tudo. Já se fez lá uma dragagem em 2006 e ao fim



de um ano estava tudo igual. Vai-se gastar um milhão e duzentos mil euros, deitar dinheiro ao lixo, e não se encontra a solução para a barra, quando o empenho devia ser todo no sentido de se encontrar uma solução, que é o que vai acontecer hoje. Hoje à noite, temos uma sessão pública para apresentar o relatório, de um trabalho que nós encomendamos há um ano.

Fizemos uma candidatura, contratamos uma equipa projetista e está-se a desenvolver um trabalho que vai ser apresentado hoje à noite, no Auditório Municipal.

É esse o caminho, eu podia ter apresentado o relatório no início de janeiro, eu não quis fazê-lo porque estávamos em eleições. O relatório foi-nos entregue em dezembro, nós não quisemos fazer isso, porque achamos que não devíamos misturar política com essas coisas, de repente, montam ali aquele, eu utilizei a expressão "circo" e não deixa de ser assim, porque é ridículo, foi uma coisa toda atabalhoada, eu nunca vi o ICNF a voltar atrás com um parecer assim, nunca vi.

Nós em várias intervenções ali, por causa da nidificação das aves, está lá escrito, é inviolável, naqueles períodos não se pode fazer. Esta é a altura da lampreia não se pode fazer, em maio é que se podia fazer. De repente, chegam ali fazem tábuas rasas daquilo, deitam mão do artigo 39º do Regulamento não sei do quê e toca a fazer. Claro que isto revolta porque houve muitas intervenções que foram adiadas meses e meses, correndo risco de perdermos financiamento na altura, porque tinha que se cumprir as regras do ICNF e, por isso é que eu digo aqui a dada altura, que é uma pressão inadmissível e tornou o ICNF numa coisa estranha, porque afinal as regras que lá estão, podem sempre ser alteradas, se for em função de uma situação de emergência hipotética, porque o problema dali não é uma emergência, é um problema estrutural que tem que ser resolvido na barra. Ou seja, é preciso um projeto a sério para a barra.

Quem é que ainda não percebeu isto?

Já todos percebemos isto.

Já a apresentação deste projeto das dragagens foi uma coisa estranha, porque se bem se recordam, eu nem sequer fui convidado, fui convidado um dia antes para aparecer não sei onde, assim de repente, e depois até o próprio Presidente da Câmara de Caminha me pediu desculpas, pela forma como aquilo foi feito, foi empurrado à pressa para fazerem lá a sessão.

Já na altura foi um processo muito político, vamos dizer assim, fez-se.

Agora iniciam a dragagem desta maneira, em cima das eleições, para tirar umas fotografias, uma coisa completamente absurda, pelo menos que convidassem o Presidente da Câmara para ir lá que eu ia. Eu ia lá e falava com as pessoas.

Uma coisa que me chateou um pouco, claro que em termos concretos nem sequer resultou em nada, em termos políticos, mas foi pela atitude de desrespeito para com a Câmara Municipal.

Não pode chegar aqui uma entidade, começar a fazer obras em sítios onde nós temos situações por resolver, nem sequer se sentou para falar, aliás, o senhor da DGRM esteve aqui sentado nesta sala, na apresentação do projeto da Barra, estão por dentro das coisas, sabem o que é que se passa, porque é que não falam e não se articula?

É uma situação um bocado revoltante, mas eu acho que o trabalho que está a ser feito, devidamente articulado, podia-se aproveitar as sinergias, porque é preciso fazer a dragagem, agora, se calhar, se eles tivessem visto a sessão que vai acontecer logo à noite, se tivessem perguntado à Câmara, se calhar já não fariam a dragagem como vão fazer. Aliás, ainda ontem estávamos ao telefone com um dos professores que fez o estudo que vai ser apresentado hoje à noite, que é o professor Renato Henriques, não vai estar presente, vai estar só o Taveira Pinto, e ele estava a dizer que já não sabe se o estudo que fez é adequado, face à intervenção que estão a fazer agora, que vai alterar completamente ali as circunstâncias existentes, e andamos nisto, a gastar dinheiro público. Assim é difícil trabalhar!

Eles não se conseguem articular e são organismos do Estado, e a Câmara tenta coordenar



essas situações e depois, por questões políticas, põem a Câmara de fora.

Mas eu estou ansioso por chegar logo à noite, eu quero confrontar o senhor da DGRM, não sei se é o momento certo, mas vai ter que me dizer porque é que não falou com a Câmara, quando nós temos sido parceiros em tudo, sempre, temos-lhes dado a mão em tudo, mas se é para voltar as costas, não me parece que seja essa a forma de trabalhar.

Quanto a este assunto era isso que eu tinha para dizer.

Sobre a sessão de logo à noite, vai ser apresentado o trabalho que foi feito, isto é apenas um relatório, nós vamos querer ouvir contributos, está toda a gente convidada, alargamos o convite a instituições, à Assembleia Municipal, Presidentes de Junta, Presidentes de Assembleia de Freguesias e às várias instituições, APA, ICNF, DGRM, estão todos convidados para estarem presentes. Vai ser apresentado esse trabalho, pretendemos ainda receber alguns contributos, mas eu penso que as pessoas vão ficar satisfeitas com a abordagem que foi feita, e depois, se for para seguir neste sentido, passaremos à parte do projeto de execução e da avaliação do impacto ambiental, e penso que estaremos no caminho certo, para poder um dia destes ter um projeto aprovado, com todos os pareceres favoráveis, para que a Tutela possa eventualmente fazer aquela obra e resolver este problema, de uma vez por todas.

Penso que hoje será um dia histórico para o concelho, porque eu acho que chegamos ali a uma solução bastante interessante.

Assunto seguinte, informações sobre a obra do mercado e funcionamento do mercado provisório, passarei agora a palavra ao Senhor Vereador Sérgio Mano, para dar uma explicação sobre este assunto.”-----

Usou da palavra o Senhor Vereador Sérgio Mano, tendo referido:

“O mercado provisório reabriu no último sábado, correu excecionalmente bem, não houve constrangimentos, mas como era o primeiro dia de abertura há sempre alguma logística que poderia correr menos bem.

Estamos a falar de 45 expositores no exterior e 25 no interior, cerca de 70 expositores no total, e então, tivemos que alocar nos novos locais durante uma, duas horas, de madrugada, mas correu extraordinariamente bem.

Há um ou outro pormenor que terá que ser ajustado, será uma caminhada longa, pormenores como a pressão da torneira da água do peixe, nada de relevante.

Se Deus quiser, nos próximos 15 meses teremos um mercado a funcionar provisoriamente, enquanto decorre a obra que já está a andar muito bem, sendo já notória a sua demolição.”----

De seguida o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vereadora Alexandra Roeger para dar alguns dados acerca da situação pandémica ao nível do concelho, tendo a mesma referido:

“Neste momento estamos em termos de infeções, com cerca de 320 casos positivos, sendo certo que, no dia 28 de janeiro, foi quando atingimos em princípio o pico, tínhamos 622 casos positivos.

Neste momento estão 1.973 pessoas em isolamento, não existe indicação de qualquer óbito, nem de casos particularmente complicados.

Relativamente à vacinação, dos 5 aos 12 anos já foram inoculados 1.300 meninos, o que representa 58,7% dos elegíveis, em termos de adultos neste momento estamos com 57% de vacinação, e com terceiras doses já foram ministradas 16.500.

Até hoje, que faz precisamente amanhã 1 ano, 12 meses, em que se inoculou a primeira vez aqui em Esposende a vacina para a Covid, desde essa altura até esta parte, já foram administradas 66.874 doses.”-----

De seguida o Senhor Presidente da Câmara passou novamente a palavra ao Senhor Vereador Sérgio Mano para falar acerca da certificação do Caminho de Santiago aqui da Costa, tendo o mesmo referido:



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt

☎ +351 253 960 100


www.municipio.esposende.pt

“Foi ontem publicado em Diário da República a certificação como itinerário do Caminho de Santiago o Caminho Português de Santiago - Caminho da Costa.

No fundo, esta certificação percorre uma distância de 120 quilómetros, do Porto até Valença, são dez Municípios, e no fundo, visa reconhecer e preservar o património cultural e natural associado ao Caminho de Santiago e assegurar os serviços de apoio adequados aos peregrinos.

Para essa certificação tivemos que assegurar é cumprir um conjunto de critérios, nomeadamente em matéria de segurança e de todos os serviços adequados de apoio ao peregrino.

Portanto, foi reconhecido ontem, foi publicado em Diário da República, são dez Municípios dos quais Esposende foi um parceiro muito ativo neste processo, talvez o principal parceiro segundo a Porto e norte, temos aqui os nossos méritos porque fomos sempre parceiros ativos.

Desafiamos a Porto e Norte a ser líder na certificação do Caminho Português de Santiago - Caminho da Costa e conseguimos ontem, num espaço de seis meses, desde que iniciamos o processo. Foi muito rápido e correu muito bem, agora há que promover e no fundo, manter este certificado de qualidade, para dar esta segurança e tranquilidade a todos os peregrinos.

Entretanto já agora, só para um esclarecimento, também está a ser feito o roteiro da 103.

A Porto e Norte abraçou o projeto, que vai passar aqui em Esposende, em Forjães, vai de Bragança até ao Castelo do Neiva.

Esposende está a ser um grande impulsionador disso, é uma grande rota da zona norte, desafiamos também a Porto e Norte a fazer uma rota, à imagem da nacional 2. A nacional 2 percorre o continente com um problema, principalmente para os nortenhos, nós estamos aqui, temos que ir até ao Algarve e depois temos que voltar para trás.

Nós desafiamos a Porto e Norte a fazer uma rota circular, uma grande rota no norte, com cerca de 750 quilómetros, que irá passar por 35 Municípios, 5 nacionais, e no fundo, é fechar um círculo da 103, de Bragança a Viana. A Porto e Norte está a fazer a rota da 222, de Gaia quase a Vila Real, por ali, entretanto nós vamos fechar pela nacional 13, do Porto a Viana, e depois de Bragança, à zona do Pinhão, da Régua e teremos uma grande rota na ordem dos 750 quilómetros circular, que é, fazemos a rota e vimos ter ao mesmo sítio, não temos aqui o inconveniente de ir até ao Algarve e depois voltar.

Ainda estamos a dar os primeiros passos, mas penso que será um grande produto ao nível da exploração de património e da natureza aqui no norte.”

O Senhor Presidente retomou a palavra tendo referido:

“Assunto seguinte e para terminar, nós vamos ter no sábado à tarde uma inauguração de uma obra em Vila Chã, já está terminada a obra de requalificação da zona central, e portanto, queria convidar todos a estarem presentes.

Há uma missa às 16h30, e depois, é no final da missa. Foi o horário disponível, nós queríamos que fosse no domingo de manhã, mas não havia disponibilidade do Padre Rui Neiva e acaba por se fazer no sábado à tarde.

É um ato simples, mas queremos arrumar essas questões e a obra está terminada, não faz sentido estar a ser usada, sem que se proceda à sua inauguração.

Logo a seguir, lá para o final de fevereiro e em março, vamos tentar arrumar também uma série de outras que estão aí, temos a escola do Facho, temos a Alameda do Bom Jesus que também está praticamente pronta, falta só colocar o sistema de rega, mas é basicamente isso, até já mandei cortar lá umas plantas e eu acho que por acaso aquilo está muito bonito, de dia, e de noite ainda está mais agradável, entre outras, mas neste momento surgiu esta oportunidade e vamos tentar arrumar este assunto em Vila Chã.”

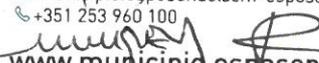
De seguida pediu a palavra o Senhor Vereador Luís Peixoto, tendo referido:

“Bom dia ao executivo,



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100


www.municipio.esposende.pt

Bom dia ao público presente,

São várias notas Senhor Presidente e começo pela dragagem, também já trazia aqui, da embocadura do rio Cávado.

Realmente é um problema que já vem de longe, as queixas do Senhor Presidente são aquelas queixas que nós como Presidentes de Junta, tínhamos na altura, quando o executivo da Câmara avançava com algumas questões e também não nos dava parte, portanto, compreendo as suas queixas e partilho delas, mas como se costuma dizer, é a vida.

No entanto, claramente o que está ali a ser feito não é uma obra de conciliação nem estruturante, isso também comungo da sua opinião. Portanto, tirando aqui as questões partidárias que não devem ser trazidas para aqui, porque não é o objetivo da minha presença aqui, não é fazer quezílias partidárias, já perceberam isso, já cá estamos há algum tempo e nunca as trouxe para aqui.

Portanto, quem fica mal na fotografia são entidades que devem dar o seu parecer, e se na realidade aconteceu isso que o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer, no que diz respeito ao ICNF, é bastante grave. Portanto, as entidades têm que cumprir com o seu desígnio e não devem de alguma forma, ir ao atropelo da lei, só por pressões sejam elas quais forem, políticas ou outras. Realmente o tema da dragagem, e se calhar logo à noite vamos ter oportunidade de falar disso, eu tenho uma opinião muito clara sobre o tema do rio Cávado e que, não tem a ver só, com a dragagem da embocadura do próprio rio Cávado.

Já me ouviu falar, claramente que, nós entendemos que o próprio rio Cávado, não só nesta parte que cobre o concelho de Esposende, mas também em todo o seu percurso, há uma série de entidades que têm que assumir a responsabilidade daquilo que nós sofremos aqui na Foz e no estuário do Cávado. E essas entidades são não só os municípios que comungam do rio Cávado, mas também, as entidades que exploram e sugam o rio Cávado, a água e a energia.

Toda essa gente deve ser chamada aqui ao problema, para tentarmos resolver o tema da embocadura do Cávado, o acesso dos pescadores ao mar, assim como, a navegabilidade do próprio rio Cávado, porque estamos a construir ecovias, numa ideia de mobilidade sustentável, para que todos nós ao longo das margens do rio consigamos subir até Terras de Bouro, de bicicleta, ou a pé, ou a cavalo, seja como for o rio Cávado, faz todo o sentido que seja navegável depois em sentido contrário, por exemplo.

E não vejo essa responsabilidade por parte dos municípios e das outras entidades que acabei de referir, sobretudo ao nível energético e ao nível da exploração das águas.

Essa é a minha opinião no que diz respeito a este tema das dragagens, e não quero levar isso para questões mais políticas, porque já sabemos que nestas alturas de eleições, sejam elas autárquicas, sejam elas nacionais, há sempre este tipo de jogos e joguinhos, que a mim nunca me satisfizeram muito, porque na realidade, eu acho que devemos ser verdadeiros em todos os momentos da vida política.

Isto a propósito do assoreamento, a propósito do que se passou no domingo passado, o Senhor Presidente não referiu, mas acho que devemos aqui também referir, a grande vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas. Muitos de nós ficaram claramente surpreendidos, eu fiquei surpreendido, com a maioria absoluta que o Partido Socialista obteve, mas, realmente acaba por ser o sinónimo daquilo que foi o trabalho durante 6 anos, e 6 anos é um desgaste tremendo para um Governo, para um Primeiro-Ministro, que passou e ainda está a passar, este tema da pandemia. Portanto, não é fácil controlar todas as expectativas das pessoas, todos nós temos as nossas opiniões sobre o tema da pandemia, para além de outras questões, a pressão que foi feita sobre o Serviço Nacional de Saúde, e depois as outras questões também transversais à sociedade, que tem a ver com o emprego e a economia.

Na realidade foi uma vitória que tem que ficar realçada e destacada aqui, e serão mais 4 anos de estabilidade e que temos que aproveitar, independentemente da cor deste Município, temos

MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100


www.municipio.esposende.pt



que aproveitar e Senhor Presidente, mais uma vez eu disponho, dentro daquilo que sejam as minhas possibilidades, de ajudar, para o desenvolvimento do concelho, uma vez que, estão lá as cores que represento.

Eu tinha aqui também uma nota sobre a Portaria que ontem foi aprovada, sobre o Caminho de Santiago, na realidade é relevante que isto tenha acontecido, é mais uma demonstração daquilo que o Senhor Vereador Sérgio Mano disse, daquilo que é o património cultural, natural até, que temos muito natural aqui na parte da rota, que faz parte do Caminho de Santiago, valoriza também comercialmente aqui os nossos negócios, a hospedagem, a restauração e portanto, é fundamental. Os meus parabéns pelo trabalho que foi feito, sei que aqui por trás também está a associação Via Veteris, teve um trabalho de marcação, e agora esse sentido que vamos dar à rota, no tema da segurança, e da mobilidade, e de cuidar alguns caminhos, porque sabemos que há caminhos que durante o inverno tornam-se um pouco lamacentos, sabemos disso, naturalmente falo em Apúlia e portanto, agora vai obrigar e vai dar um pouco mais de responsabilidade aqui ao Município e às autarquias, no sentido de preservar e realçar o Caminho que agora recebeu esta homologação digamos, por Portaria.

Um trabalho também, para além da Câmara Municipal, do Governo, também há que felicitar nesse particular.

Senhor Presidente, eu tinha aqui duas notas para lembrar, eu deixei-lhe aqui uma questão relacionada com o tema da área do Clube Náutico, sobretudo a forma como foi atualizada, se assim se pode chamar, no registo predial, a passagem desses 2.100 metros quadrados aproximadamente, para 2.900 metros quadrados de área. Portanto, gostaria de ter uma justificação sobre esse assunto, e o Senhor Presidente ficou de a dar nesta reunião. Assim como, está pendente ainda uma questão que fiz aqui sobre o funcionário Valdemar Faria e a sua posição aqui no Município como funcionário, portanto, está em ata, e eu queria resposta sobre esse assunto. Portanto, são dois assuntos que depois podem originar outras questões.

Depois, saudar o tema da rota, esta questão das nacionais, toda a dinâmica que há acerca da mobilidade e da beleza de algumas rotas que temos em Portugal, portanto, essa circular parece-me interessante, é imaginativa, não é fácil de fazer num dia, são muitas curvas e contracurvas, e sobretudo no Douro não é fácil, mas há que, de alguma forma tentar mostrar a parte positiva que têm essas paisagens, em contraponto com a viagem de carro, ou de autocarro que seja, porque não é fácil. Mais fácil seria, se calhar, eu não sei se há aí pontos que se possam interligar com passagens fluviais, ou até mesmo com ferroviárias.

Sobre o tema de Vila Chã, saudar essa iniciativa, eu nessa altura não poderei estar presente, porque eu estou a tratar do meu envelhecimento ativo, e vou estar no Torneio de Veteranos do concelho e portanto, não posso estar presente e sou muito necessário no torneio de veteranos, mas saudar a inauguração.”

O Senhor Presidente retomou a palavra tendo referido:

“Relativamente aos assuntos, eu percebo a situação das obras serem feitas nas freguesias, mas não eram feitas em prejuízo das juntas de freguesia, e aqui neste caso, a questão que se coloca é que, nós entendemos que a operação que está a ser feita, de uma certa forma, pela desarticulação, que era possível resolver, pode-se transformar em prejuízo, é só isso.

Mas aceito a crítica.

Eu concordo com tudo o que disse em relação ao rio Cávado, porque quer a navegabilidade, todas essas questões, uma abordagem da responsabilização por causa das barragens, isso é tudo verdade, e da utilização abusiva do rio, e daqueles que ainda hoje não têm tratamento de efluentes como deve ser e continuam a poluir o rio, porque é preciso não esquecer disso, temos aí vários Municípios ao longo do rio infelizmente, que ainda têm esses problemas, Terras de Bouro, Barcelos, que ainda hoje não tratam os efluentes como deve ser e que estão a poluir o nosso rio, nós é que levamos aqui com tudo, é importante não esquecer isso. E mesmo Braga,



que vai construir nova Etar, admite que não tem neste momento capacidade para tratar o efluente total da cidade, e que é uma grande cidade.

Vão fazer um grande investimento, está anunciado, mas, ainda não têm esse assunto totalmente resolvido.

De resto, e por mero esquecimento, mas não me custa nada fazê-lo, dar os parabéns ao Dr. António Costa, porque efetivamente é um homem que, em termos políticos, pode-se gostar ou não do que faz, mas o povo português pelos vistos gosta, em termos maioritários.

Nós temos a nossa opinião, temos direito a ela, mas temos que admitir que em termos de sucesso político, é um homem marcante e que vai marcar claramente uma década, tal qual como outros já tinham feito antes dele, penso que talvez o Cavaco Silva, para 10 anos e portanto, equipara-se a um ciclo de governação bastante extenso.

Começou como começou, mas soube afirmar-se ao longo do tempo e conquistou uma maioria absoluta que ele pedia no início, depois deixou de pedir, portanto, eu não sei se era assim tão inesperado, para nós foi claro, mas ele para dizer isso no início, devia ter dados certamente que apontavam para essa possibilidade, depois deixou de falar nela, talvez por questões estratégicas, foi super inteligente nesse aspeto, ou bem aconselhado, e nós só temos é que aceitar muito sinceramente e não me custa aceitar, é a vontade dos portugueses, só há é que dar os parabéns a quem ganhou e quem perdeu tem que tirar as devidas ilações.

Houve uma verdadeira revolução naquilo que é o quadro político nacional, digamos assim, com um crescimento da direita em partidos até menos aconselháveis, e com o desaparecimento da extrema-esquerda quase, vamos chamar extrema-esquerda, poderá não ser exatamente isso mas, e com um engrandecimento do Partido Socialista, que no fundo, não deixa de me satisfazer pelo sentido que, o povo português também se mostra moderado no seu todo, porque eu sempre achei que foi pena o Partido Socialista ter ficado refém da extrema-esquerda, e fizeram-se muitas coisas neste país, que certamente até o próprio Partido Socialista não queria, mas foi obrigado a fazer para manter a estabilidade governativa.

Portanto, não é pior do que estávamos antes, quando estávamos totalmente dependentes.

A ficar o Partido Socialista, não vou ser hipócrita gostava que tivesse ganho o PSD, a ficar o Partido Socialista, prefiro que fique assim, do que ficar agarrado a partidos de esquerda que os obrigam a fazer coisas completamente absurdas, e não vamos desfiar aqui quantas coisas foram feitas de forma errada, mas recordo aquela situação dos animais por exemplo, por parte do PAN, que é claramente uma situação que nunca devia ter sido feita daquela forma e que ainda hoje estamos a pagar uma fatura, e vamos pagar uma fatura elevada, até estabilizar essa situação. Aquilo foi um fundamentalismo ao qual tiveram que ceder para satisfazer aquela gente e não é assim, aliás, não é à toa que eles foram praticamente reduzidos à sua inexistência, e só meteram um, depois das coisas bem contadas. Por via desse fundamentalismo, porque todos nós partilhamos das preocupações com os animais como é evidente, não são só essas pessoas que se preocupam, eu preocupo-me, todos os partidos se preocupam digo eu, não é um partido, é uma causa, e é muito melhor que o Partido Socialista esteja de uma certa forma liberto dessas amarras, para não temos que fazer coisas que em boa verdade, não são vontade de uma maioria, são vontade de uma micro minoria. Isso é vontade de meia dúzia de pessoas, e nós somos governados de acordo com a vontade das maiorias, é assim que funciona o princípio da democracia, se não, estaríamos muito mal.

Portanto, desse ponto de vista, e peço desculpa por não ter dito antes, porque não tinha aqui anotação mas é verdade, nós temos sempre tendência a esquecer as coisas más, e eu tenho esse sentimento bastante ativo, que é para tentar passar depressa pelos traumas.

Quanto às outras questões eu vou-lhe pedir para que me dê durante a próxima semana, para que lhe faça chegar às mãos as nossas conclusões em relação aos dois assuntos.



*A questão do Valdemar eu penso que o Senhor Vereador Guilherme Emilio, que esteve em isolamento, mas já está aqui recuperado, mas não esteve cá e está na dependência da DCM, está na dependência do Senhor Vereador e ele vai fazer isso com a máxima urgência, se for possível até amanhã. Quanto à outra questão estamos também a ver com o parecer do Dr. Rui Moutinho, para podermos esclarecer isso como deve ser.”-----
Não se verificaram mais intervenções neste período.-----*

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

01 - BALANCETE: _____

Foi presente o Balancete da Tesouraria, relativo ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos:

CÂMARA MUNICIPAL	
em cofre, na Tesouraria: -----	1.958,21€
Fundos Permanentes:-----	3.550,00 €
Depósitos à ordem: na Caixa Geral de Depósitos -----	2.777.870,82€
no Crédito Agrícola -----	1.374.699,87€
no Novo Banco -----	21.485,66€
no Banco Português de Investimento -----	44,78€
no Banco BIC -----	749.933,22€
no Banco Santander Totta -----	18.656,11€
no Banco Millennium BCP -----	445.999,32€
SUB- TOTAL -----	5.394.197,99€
Depósitos a Prazo	
Banco BIC – BIC -----	1.500.000,00€
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	
Em cofre, na Tesouraria -----	179,88€
Depósito à ordem na Caixa Geral de Depósitos -----	1.128.226,05€
Depósito à ordem no Banco BIC -----	1.201.998,31€
Depósito à ordem no Banco Santander Totta -----	0,00€
SUB- TOTAL -----	2.330.404,24€
TOTAL -----	9.224.602,23€

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Vereador Luís Peixoto colocou uma questão, à qual, o Senhor Presidente respondeu prontamente, tendo ainda solicitado listagem relativa aos ninhos destruídos pela cooperativa.-----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02 – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 02/2022, REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 2022 – PROPOSTA.-----

Foi presente a ata da reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no passado dia seis de janeiro de dois mil e vinte e dois e cuja cópia foi enviada a todos os membros deste órgão.---

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio@esposende@cm-esposende.pt

☎ +351 253 960 100

Municipal
www.municipio.esposende.pt

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 2022.-----

03 – ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS: _____

03.01 – VOTOS: _____

03.01.01 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ABÍLIO CEPA CERQUEIRA – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

*“A 22 de janeiro de 2022 faleceu **Abílio Cepa Cerqueira**, com 80 anos.*

Com um longo percurso dedicado à causa pública, tendo desempenhado as funções de Presidente da Junta de S. Bartolomeu do Mar, entre 1986 e 2009, foi agraciado com a Medalha de Mérito Municipal, sendo um Esposendense que deixa o seu nome gravado na História da democracia do concelho e da região.

O Concelho de Esposende perdeu um Homem que sempre pôs à frente os interesses da sua terra, o que fez dele um dos Presidentes de Junta mais carismáticos e respeitados do nosso concelho.

Um homem de convicções, que ninguém conseguiu demover de lutar por aquilo em que acreditava.

*Neste momento de dor, os membros do órgão executivo, de todas as bancadas políticas, associam-se à família e amigos de **Abílio Cepa Cerqueira**, endereçando as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”*

Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ABÍLIO CEPA CERQUEIRA.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

Pelo Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto, foi apresentada a seguinte declaração de voto: *“Eu recorro do colega Abílio na altura, porque, na primeira vez que eu fui eleito Presidente de Junta, eu não o conhecia e ele veio ter comigo, a felicitar-me e a dizer que tinha gostado da minha eleição. Portanto, aí demonstra a qualidade da pessoa, na realidade, não confundiu as cores políticas, e percebeu que, se calhar eu era a melhor opção na altura, e ficou contente com a minha eleição, portanto, eu desde aí, fiquei com um afeto ao Abílio.*

Esta é uma das qualidades do Abílio, na realidade é um Presidente de Junta daqueles dos antigos, de garra, que se calhar não se importava de estar aqui todos os dias a porre, eu



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt

☎ +351 253 960 100


www.municipio.esposende.pt

também se tivesse tido tempo, tinha estado todos os dias aqui à porta do Município, na altura, porque na realidade é assim que se conseguem as coisas, portanto, saudade para quem já partiu.”-----

03.02 – REGULAMENTOS:

03.02.01 – PROJETO DE REGULAMENTO DO ESPAÇO BEM ME QUEREM – ESPAÇO DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – CONSULTA PÚBLICA - PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO.-----

Foi presente em reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“A criação e aprovação do regulamento do Espaço Bem me Querem – estrutura de atendimento a vítimas de violência doméstica, revela-se um requisito imprescindível para o bom funcionamento desta resposta, a qual surgiu da necessidade de se implementar uma estrutura de atendimento no concelho de Esposende, organizada em rede e facilitadora da articulação de soluções eficazes de encaminhamento e apoio às vítimas.

Destinado a vítimas de violência doméstica, este espaço é constituído por uma equipa multidisciplinar que, cumprindo as regras de enquadramento destas situações de forma a assegurar a confidencialidade, promove um acompanhamento individualizado e integrado, disponibilizando serviços de apoio psicológico, social e jurídico.

Assim, após decorrido o período de constituição de interessados para o processo do regulamento em apreço, e sem que tenha havido qualquer contributo, o processo foi apresentado a reunião de Câmara no pretérito dia 20, sendo que se identificou, entretanto, que o documento apresentado não representava a sua versão final.

Considerando que, de acordo com o disposto na alínea k) do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município;

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de submeter a consulta pública, pelo período de 30 (trinta) dias úteis, conforme preconizado no artigo 101º do Decreto – Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (Novo Código de Procedimento Administrativo), a versão retificada do projeto de Regulamento Municipal do Espaço Bem me Querem – estrutura de atendimento a vítimas de violência doméstica, documento em anexo à presente proposta, e que se coloca à apreciação.” Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pela Senhora Vice-Presidente Alexandra Roeger foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA COM UMA ABSTENÇÃO, APROVAR A VERSÃO RETIFICADA DO PROJETO DE REGULAMENTO DO ESPAÇO BEM ME QUEREM – ESPAÇO DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E, ASSIM, DAR INÍCIO À CONSULTA PÚBLICA, PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS, CONFORME PRECONIZADO NO ARTIGO 101º DO DECRETO



– LEI Nº 4/2015, DE 7 DE JANEIRO (NOVO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO).-----
Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

03.02.02 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA CASA VIANA DE LIMA - CONSULTA PÚBLICA - PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

- “1. Considerando que, por deliberação tomada, em sede de reunião do órgão executivo municipal, realizada em 16, de dezembro de 2021, foi determinado o início do procedimento tendente à aprovação do Regulamento Municipal de Utilização da Casa Viana de Lima ou Casa das Marinhas;
2. Considerando que o início de procedimento administrativo de elaboração do projeto de Regulamento supra identificado, foi, nos termos e para os efeitos da disposição prevista no artigo 98º do CPA, publicitado na Internet, no sítio institucional da Câmara Municipal de Esposende, e nos locais de estilo do Concelho de Esposende;
3. Considerando que decorrido o prazo para a constituição de interessados e apresentação de contributos, não houve constituição de interessados, nem apresentação de contributos;
4. Considerando que, de acordo com o disposto na alínea k) do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município;
5. Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Sr Presidente que tome deliberação no sentido de submeter a consulta pública, pelo período de 30 (trinta) dias úteis, conforme preconizado no artigo 101º do Decreto – Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (Novo Código de Procedimento Administrativo), o projeto de Regulamento Municipal da Casa Viana de Lima conforme documento que se anexa.” Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA CASA VIANA DE LIMA E, ASSIM, DAR INÍCIO À CONSULTA PÚBLICA, PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS, CONFORME PRECONIZADO NO ARTIGO 101º DO DECRETO – LEI Nº 4/2015, DE 7 DE JANEIRO (NOVO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO).-----

Pelo Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Eu li o documento, isto provavelmente é um documento modelo para este tipo de espaço, sendo um regulamento típico, não vejo aqui nenhum tipo de questão, daí o meu voto favorável.”-----



03.02.03 – INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“Conforme manifestado pelos respetivos serviços, urge regulamentar o funcionamento do Serviço de Intervenção Psicológica.

Consequentemente, tendo em consideração que o Capítulo I do Título II do CPA, designadamente os artigos 96º e seguintes, passaram a regular o procedimento do regulamento administrativo, obrigando a que, para eventual constituição de interessados, fosse tornado público o início do procedimento de elaboração, revisão ou alteração de regulamentos administrativos.

*Assim, e porquanto se torna fundamental definir e apresentar um conjunto de medidas que enquadrem os apoios municipais no âmbito da intervenção psicológica, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal que **delibere aprovar o início do procedimento para elaboração do Regulamento do Serviço de Intervenção Psicológica:***

Mais se propõe que:

- a) Seja designado como gestora do procedimento a Dr.ª Isabel Abreu;*
- b) Seja fixado em 10 dias úteis o prazo para constituição como interessados e apresentação de contributos, as quais deverão ser processadas através de comunicação e dirigida ao Presidente da Câmara Municipal.”* Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA E, ASSIM, DAR INÍCIO AO PROCEDIMENTO COM VISTA À ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA.-----

03.02.04 – INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PRÉMIO LITERÁRIO MANUEL DE BOAVENTURA – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“Conforme manifestado pelos respetivos serviços, urge promover a alteração de alguns dos aspetos constantes do Regulamento do Prémio Literário Manuel Boaventura.

Consequentemente, tendo em consideração que o Capítulo I do Título II do CPA, designadamente os artigos 96º e seguintes, passaram a regular o procedimento do regulamento administrativo, obrigando a que, para eventual constituição de interessados, fosse tornado público o início do procedimento de elaboração, revisão ou alteração de regulamentos administrativos.

Assim, e considerando a existência de aspetos que, por razão de melhoria das condições de acesso ao Prémio e, também, no que se refere à melhor prossecução das várias fases do



*processo, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal que **delibere aprovar o início do procedimento para a revisão do Regulamento do Prémio Literário Manuel de Boaventura***

Mais se propõe que:

a) Seja designado como gestora do procedimento a Sr.ª Dr.ª Luísa Leite;

b) Seja fixado em 10 dias úteis o prazo para constituição como interessados e apresentação de contributos, as quais deverão ser processadas através de comunicação e dirigida ao Presidente da Câmara Municipal.” Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA E, ASSIM, DAR INÍCIO AO PROCEDIMENTO COM VISTA À ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PRÉMIO LITERÁRIO MANUEL DE BOAVENTURA.-----

03.02.05 – INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DOS TERMOS DA ATRIBUIÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“Conforme manifestado pelos respetivos serviços, urge promover a alteração de alguns dos termos e condições relativos à atribuição das Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.

Consequentemente, tendo em consideração que o Capítulo I do Título II do CPA, designadamente os artigos 96º e seguintes, passaram a regular o procedimento do regulamento administrativo, obrigando a que, para eventual constituição de interessados, fosse tornado público o início do procedimento de elaboração, revisão ou alteração de regulamentos administrativos.

*Assim, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal que **delibere aprovar o início do procedimento para a alteração dos termos da atribuição das Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.***

Mais se propõe que:

a) Seja designado como gestora do procedimento a Sr.ª Dr.ª Alzira Maciel;

b) Seja fixado em 10 dias úteis o prazo para constituição como interessados e apresentação de contributos, as quais deverão ser processadas através de comunicação e dirigida ao Presidente da Câmara Municipal.” Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

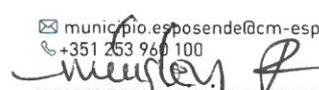
Colocado o assunto à discussão, pela Senhora Vice-Presidente Alexandra Roeger foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100


www.municipio.esposende.pt

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA E, ASSIM, DAR INÍCIO AO PROCEDIMENTO COM VISTA À ALTERAÇÃO DOS TERMOS DA ATRIBUIÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR.----

Pelo Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto, foi apresentada a seguinte declaração de voto: *“A declaração de voto vem no sentido de, ser claramente favorável à atribuição de bolsas de estudo, estava nosso programa eleitoral, agora, não estamos é de acordo com a forma como elas são quase que obrigatoriamente entregues, porque, obriga a uma troca de trabalho.*

Nós entendemos que nessa altura, sobretudo na altura do verão, os estudantes têm capacidade de conseguir mais dinheiro trabalhando. Portanto, estes seiscentos euros, seriam claramente um apoio do Município e muito bem, e, depois permitir aos estudantes, aliás, dizer-lhes claramente:

Tens trabalho?

Tenho! Vou ganhar mais para ali.

Muito bem, vai então.

Não tens trabalho, então ficas aqui e ganhas os seiscentos euros.

Pode ser dada essa possibilidade por exemplo, muitas vezes estamos a castrar o estudante, e vai receber só seiscentos euros, quando na realidade podia ganhar um pouco mais num trabalho de verão e sabemos que isso pode acontecer.”-----

03.03 - EDUCAÇÃO: _____

03.03.01 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR – ANO DE 2022 – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“O desenvolvimento social do concelho exige, cada vez mais, políticas que promovam uma efetiva igualdade de oportunidades, sendo fundamental a aposta na qualificação, considerando o forte impacto na promoção e melhoria da coesão social e territorial.

Pese embora o dever constitucional do Estado em proporcionar o acesso aos direitos fundamentais, em igualdade de circunstâncias, a todas as pessoas, é especial competência dos Municípios, a adoção de medidas que promovam e garantam esse acesso, contribuindo para o seu desenvolvimento social e económico e, concomitantemente, fazer face aos desafios e às exigências, cada vez maiores, com que o mundo nos confronta atualmente.

A atribuição de bolsas de estudo constitui um apoio direto e um modo de estimular a frequência do ensino superior por jovens estudantes, incentivando assim a formação de quadros técnicos superiores na região, considerando as dificuldades económicas que afetam alguns agregados familiares do concelho e que constituem um fator decisivo que condiciona o não prosseguimento dos estudos após a conclusão da escolaridade obrigatória.

Neste sentido, é competência da Câmara Municipal deliberar em matéria de prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos, designadamente no que concerne a apoios a prestar aos mesmos, pela forma e condições constantes do Código Regulamentar do Município de Esposende, conforme decorre do disposto no número 1, da alínea v), do artigo 33, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Nos termos do disposto no n.º 1 do Artigo F-1/4º do Código Regulamentar do Município de Esposende, vimos propor, para o ano de 2022, a atribuição de quarenta e duas bolsas de estudo, no



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt

☎ +351 253 860 100


www.municipio.esposende.pt

valor nominal de seiscentos euros.” Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS APRESENTADOS E, ASSIM, ATRIBUIR ATÉ QUARENTA BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO DE 2022, NO VALOR NOMINAL DE SEISCENTOS EUROS.-----

O ENCARGO RESULTANTE DESTES APOIOS FICA CATIVO, ATRAVÉS DA PROPOSTA DE CABIMENTO NÚMERO 314/2022, VALOR NECESSÁRIO PARA A ASSUNÇÃO DA RESPECTIVA DESPESA.-----

Pelo Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto, foi apresentada a seguinte declaração de voto: *“A declaração de voto vem no sentido de, ser claramente favorável à atribuição de bolsas de estudo, estava nosso programa eleitoral, agora, não estamos é de acordo com a forma como elas são quase que obrigatoriamente entregues, porque, obriga a uma troca de trabalho.*

Nós entendemos que nessa altura, sobretudo na altura do verão, os estudantes têm capacidade de conseguir mais dinheiro trabalhando. Portanto, estes seiscentos euros, seriam claramente um apoio do Município e muito bem, e, depois permitir aos estudantes, aliás, dizer-lhes claramente:

Tens trabalho?

Tenho! Vou ganhar mais para ali.

Muito bem, vai então.

Não tens trabalho, então ficas aqui e ganhas os seiscentos euros.

Pode ser dada essa possibilidade por exemplo, muitas vezes estamos a castrar o estudante, e vai receber só seiscentos euros, quando na realidade podia ganhar um pouco mais num trabalho de verão e sabemos que isso pode acontecer.”-----

03.04 – ATIVIDADES ECONÓMICAS:-----

03.04.01 – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL - M. ROCHA & J. SERRA - METALÚRGICA, LDA. – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021 – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“A Câmara Municipal na sua reunião de 16 de dezembro de 2021 deliberou, por unanimidade, “submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a declaração do interesse para o desenvolvimento local do investimento proposto pela empresa M. Rocha & Rocha – Metalúrgica, Lda., assegurando desta forma o acesso aos apoios previstos no Regulamento de Concessão de Incentivos ao investimento, em vigor no Município de Esposende.”

Por sua vez, a Assembleia Municipal na sua sessão de 21 de dezembro de 2021, deliberou por 25 votos a favor e 5 abstenções, aprovar a proposta que, para o efeito, lhe havia sido remetida



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt

☎ +351 253 960 100


www.municipio.esposende.pt

pela Câmara Municipal “e, assim, declarar o interesse para o desenvolvimento local, do investimento proposto pela empresa M. Rocha & Rocha – Metalúrgica, Lda., assegurando desta forma o acesso aos apoios previstos no Regulamento de Concessão de Incentivos ao investimento, em vigor no Município de Esposende.”

Sucedede que, como se constata dos documentos juntos ao processo pela requerente da concessão do incentivo ao investimento, quer no próprio requerimento quer na certidão permanente junta ao processo, a denominação correta da entidade não é “M. Rocha & Rocha – Metalúrgica, Lda.” mas sim “M. Rocha & J. Serra - Metalúrgica, Lda.”, devendo-se a menção daquela denominação nas deliberações da Câmara e Assembleia Municipal, a mero lapso.

Face ao exposto e uma vez que estamos, aqui, perante um erro material na expressão da vontade do órgão administrativo que, por ser manifesto, pode ser retificado a todo o tempo, oficiosamente ou a pedido do interessado, conforme previsto no artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo,

Sugere-se:

Que o presente assunto seja remetido à reunião da Câmara Municipal para que, este órgão, delibere retificar, nesta parte, a sua deliberação de 16 de dezembro de 2021, por forma a que onde se lê “M. Rocha & Rocha – Metalúrgica, Lda.” passe a ler-se “M. Rocha & J. Serra - Metalúrgica, Lda.”, assim como, delibere remeter o assunto à próxima sessão da Assembleia Municipal para que, desta forma, também este órgão possa retificar a sua deliberação de 21 de dezembro de 2021.” Segue data e assinatura. Fica arquivada cópia da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RETIFICAR A SUA DELIBERAÇÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, POR FORMA A QUE ONDE SE LÊ “M. ROCHA & ROCHA – METALÚRGICA, LDA.” PASSE A LER-SE “M. ROCHA & J. SERRA - METALÚRGICA, LDA.”-----

MAIS DELIBEROU REMETER O PRESENTE ASSUNTO À PRÓXIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA QUE, DESTA FORMA, TAMBÉM ESTE ÓRGÃO POSSA RETIFICAR A SUA DELIBERAÇÃO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021.-----

04 – URBANISMO E POLÍTICA DE SOLOS: _____

04.01 – OBRAS PARTICULARES: _____

04.01.01 – CADUCIDADES: _____

04.01.01.01 - PROCESSO Nº 404/2019 – ALCINDO DO VALE GONÇALVES – UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA - CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO - PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião a informação técnica n.º DGU/423410/2022, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, depois de devidamente



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt

☎ +351 253 968 100


www.municipio.esposende.pt

notificado, o requerente não contestou a intenção de a Câmara Municipal declarar a caducidade do licenciamento, pelo que estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade do mesmo. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, DECLARAR A CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO EM CAUSA, COM FUNDAMENTO NAS RAZÕES APONTADAS NA INFORMAÇÃO TÉCNICA QUE SUPORTA A PROPOSTA E COM A QUAL CONCORDA.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

04.01.01.02 - PROCESSO Nº 482/2019 – JOSÉ MANUEL PEDROSA DUARTE – UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO - CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO - PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião a informação técnica n.º DGU/385313/2022, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, depois de devidamente notificado, o requerente não contestou a intenção de a Câmara Municipal declarar a caducidade do licenciamento, pelo que estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade do mesmo. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, DECLARAR A CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO EM CAUSA, COM FUNDAMENTO NAS RAZÕES APONTADAS NA INFORMAÇÃO TÉCNICA QUE SUPORTA A PROPOSTA E COM A QUAL CONCORDA.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

04.01.01.03 - PROCESSO Nº 115/2020 – ANTÓNIO JOSÉ MARQUES MIRANDA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA - CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO - PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião a informação técnica n.º DGU/156815/2022, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, depois de devidamente notificado, o requerente não contestou a intenção de a Câmara Municipal declarar a caducidade do licenciamento, pelo que estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade do mesmo. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ município.esposende@cm-esposende.pt

☎ +351 253 960 100


www.município.esposende.pt

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, DECLARAR A CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO EM CAUSA, COM FUNDAMENTO NAS RAZÕES APONTADAS NA INFORMAÇÃO TÉCNICA QUE SUPORTA A PROPOSTA E COM A QUAL CONCORDA.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

04.01.02 – RECLAMAÇÃO DA AVALIAÇÃO: _____

04.01.02.01 – PROCESSO Nº 553/2021 – ARSÉNIO MARTINS LAFUENTE NUNES - PRESCINDIR DO PRAZO DE RECLAMAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA FRAÇÃO B DO PRÉDIO URBANO 6073 DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião a informação técnica n.º DGU/3981/2022, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, o requerente vem solicitar que o Município prescinda do prazo de reclamação da avaliação de que dispõe nos termos da lei, em matéria de avaliação patrimonial da fração B do Prédio urbano 6073 da União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra. Refere ainda, que, no caso em apreço e após análise dos elementos existentes, e tendo-se verificado que a avaliação foi realizada com base nos elementos fornecidos pelo município, não existe qualquer motivo para discordar da mesma, pelo que, não se vê inconveniente no deferimento da pretensão apresentada pelo requerente. Segue data e assinatura. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA COM UMA ABSTENÇÃO, PRESCINDIR DO PRAZO DE RECLAMAÇÃO DA AVALIAÇÃO PREVISTO NO Nº 1 DO ARTIGO 76 DO CIMI, COM FUNDAMENTO NAS RAZÕES APONTADAS NA INFORMAÇÃO TÉCNICA QUE SUPORTA A PROPOSTA E COM AS QUAIS CONCORDA.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

04.01.03 – DESTAQUE: _____

04.01.03.01 - PROCESSO Nº 479/2021 – ELENCO DE ELITE, UNIPESSOAL, LDA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA – DESTAQUE DE PARCELA – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião a informação técnica n.º DGU/56025/2022, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, a requerente pretende que a Câmara Municipal emita certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque, para efeitos de registo predial da parcela destacada. Mais refere que, não estando reunidas as



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt

☎ +351 253 960 100


www.municipioesposende.pt

condições fixadas na lei, foi a requerente notificada a pronunciar-se sobre a intenção de indeferimento do pedido, nada tendo alegado sobre a mesma, pelo que, deverá ser promovida decisão final. Ficam arquivadas cópias dos referidos documentos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, INDEFERIR O PEDIDO DE EMISSÃO DA CERTIDÃO COMPROVATIVA DA VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DO DESTAQUE, NOS TERMOS DAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS, COM AS QUAIS CONCORDA.-----
Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

04.01.03.02 - PROCESSO Nº 20/2022 – MARIA DO CARMO CEPA AMORIM – UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR – DESTAQUE DE PARCELA – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião a informação técnica n.º DGU/4202/2022, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, a requerente pretende que a Câmara Municipal emita certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque, para efeitos de registo predial da parcela destacada. Mais refere que, estão observados os requisitos definidos no n.º 4 do art.º 6º do DL 555/99 de 16.12, alterado e republicado pelo DL 136/2014 de 09.09, pelo que, não se vê inconveniente na emissão da certidão pretendida. Ficam arquivadas cópias dos referidos documentos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, AUTORIZAR A EMISSÃO DA CERTIDÃO COMPROVATIVA DA VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DO DESTAQUE, NOS TERMOS DAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS, COM AS QUAIS CONCORDA.-----
Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

04.01.03.03 - PROCESSO Nº 30/2022 – LUIS PEDRO AMORIM SALEIRO CAPITÃO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR – DESTAQUE DE PARCELA – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião a informação técnica n.º DGU/5942/2022, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, o requerente pretende que a Câmara Municipal emita certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque, para efeitos de registo predial da parcela destacada. Mais refere que, estão observados os requisitos



definidos no nº 4 do art.º 6º do DL 555/99 de 16.12, alterado e republicado pelo DL 136/2014 de 09.09, pelo que, não se vê inconveniente na emissão da certidão pretendida. Ficam arquivadas cópias dos referidos documentos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, AUTORIZAR A EMISSÃO DA CERTIDÃO COMPROVATIVA DA VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DO DESTAQUE, NOS TERMOS DAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS, COM AS QUAIS CONCORDA.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

04.01.04 – RELATÓRIO ELABORADO AO ABRIGO DO Nº 5 DO ARTIGO 78º DO RPDM, ATUAL ARTIGO Nº 102º:

04.01.04.01 - PROCESSO Nº 70/99 – SUPERFÍCIES – SOC. COM. IMÓVEIS, LDA. – UNIÃO DE FREGUESIAS DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS – VALIDAÇÃO RELATÓRIO – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião parecer emitido pela DCT, informação DCT/33/2022. Decorre do nº 6 do artigo 102º do RPDM que só pode ocorrer a aprovação do projeto de arquitetura se a Câmara Municipal validar o relatório apresentado. Face ao exposto, submete-se o mesmo à Câmara Municipal para validação, ou não validação, tendo como suporte a referida informação. Ficam arquivadas cópias dos referidos documentos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, VALIDAR O RELATÓRIO ELABORADO AO ABRIGO DO Nº 5 DO ARTIGO 78º DO RPDM, ATUAL ARTIGO 102º, ANEXO À PROPOSTA E QUE DA MESMA FAZ PARTE INTEGRANTE.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

04.01.04.02 - PROCESSO Nº 386/2021 – SÍLVIA DE JESUS AFONSO PORTELA – GEMESSES – VALIDAÇÃO RELATÓRIO – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião a informação técnica n.º DGU/76834/2022, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, decorre do nº 6 do artigo 78º do RPDM que só pode ocorrer a aprovação do projeto de arquitetura se a Câmara Municipal validar o relatório apresentado. Face ao exposto, submete-se o mesmo à Câmara Municipal



para validação, ou não validação, tendo como suporte os pareceres emitidos pela DCT (informação DCT/44392/2021 e DCT/76833/2022). Ficam arquivadas cópias dos referidos documentos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, VALIDAR O RELATÓRIO ELABORADO AO ABRIGO DO Nº 5 DO ARTIGO 78º DO RPDM, ATUAL ARTIGO 102º, ANEXO À PROPOSTA E QUE DA MESMA FAZ PARTE INTEGRANTE.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

04.02 – OBRAS PÚBLICAS: _____

04.02.01 – RECEÇÕES PROVISÓRIAS: _____

04.02.01.01 – 8/21 – “REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO NO INTERIOR DO FORTE S. JOÃO BATISTA – ESPOSENDE” – AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA - PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião a informação técnica n.º 27/DPOM/2022, de 17 de janeiro, prestada pelos serviços da Divisão de Projetos e Obras Municipais desta Câmara, bem como Auto de Receção Provisória, datado de 23 de dezembro de 2021, no qual se dá a conhecer que tendo sido entregues as telas finais, foram vistoriados todos os trabalhos da obra, tendo-se verificado que foram cumpridas todas as obrigações contratuais e legais do empreiteiro de forma integral e perfeita e que foi executado o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição corretamente, pelo que podem os trabalhos ser rececionados provisoriamente. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, HOMOLOGAR O AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA E RECEBER PROVISORIAMENTE OS TRABALHOS, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA, COM A QUAL CONCORDA.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto, tendo apresentado a seguinte declaração de voto: *“Tratando-se de uma questão técnica, daí a minha abstenção, o tema da reabilitação já está tardio, aliás o Senhor Presidente já o admitiu, portanto, espera-se que aquele edifício seja de uma vez por todas, reconvertido na ambição que a Câmara Municipal tem, de integrar a Universidade do Minho nesse Centro de Estudos Científicos, relacionados com o mar.”*-----



05 – APOIO A ORGANISMOS E INSTITUIÇÕES: _____

05.01 – ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES: _____

05.01.01 – CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À ACARF – ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL ARTÍSTICA E RECREATIVA DE FORJÃES – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“A ACARF – Associação Social Cultural Artística e Recreativa de Forjães, formalizou ao Município um pedido de apoio para limpeza do espaço exterior do antigo Jardim de Infância de Forjães, arranjo dos muros exteriores, substituição da rede de vedação, poda das árvores, bem como, para empanar a obra, a fim de, se garantir as condições de segurança do edifício e espaços adjacentes.

Considerando-se que nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, educativa, entre outras.

Considerando-se que os apoios concedidos pela Câmara Municipal visam salvaguardar os interesses próprios da população de Esposende, nomeadamente no domínio da ação social, atribuição outorgada ao Município pela alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando-se que os trabalhos referidos visam tornar o espaço em causa, seguro e apresentável para os seus utentes.

Considerando-se o papel fundamental das Instituições Particulares de Solidariedade Social, de utilidade pública e sem fins lucrativos, nomeadamente da ACARF – Associação Social Cultural Artística e Recreativa de Forjães, na operacionalização de respostas sociais que asseguram a qualidade de vida das nossas populações, e na identificação de situações de vulnerabilidade que importam acautelar.

Considerando o papel pró-ativo que a ACARF – Associação Social Cultural Artística e Recreativa de Forjães tem desempenhado na Rede Social de Esposende, alavancando inúmeros dos projetos que se dinamizam, nomeadamente, através do Centro de Atividades de Apoio e Animação à Família.

Propõe-se que o Município atribua um apoio financeiro à ACARF – Associação Social Cultural Artística e Recreativa de Forjães, no exato valor de €22 699,65 (vinte e dois mil seiscentos e noventa e nove euros e sessenta e cinco cêntimos), correspondente ao encargo com a execução dos trabalhos supra referidos.” Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER UM APOIO FINANCEIRO À ACARF – ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL ARTÍSTICA E RECREATIVA DE FORJÃES, NO EXATO VALOR DE 22.699,65€ (VINTE E DOIS MIL SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE EUROS E SESSENTA E CINCO CÊNTIMOS),



CORRESPONDENTE AO ENCARGO COM OS TRABALHOS EXECUTADOS NO ESPAÇO EXTERIOR DO ANTIGO JARDIM DE INFÂNCIA DE FORJÃES.-----
MAIS DELIBEROU QUE O APOIO SEJA TRANSFERIDO APÓS A APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES DE NÃO DÍVIDA À SEGURANÇA SOCIAL E À ADMINISTRAÇÃO FISCAL.-----

O ENCARGO RESULTANTE DESTA TRANSFERÊNCIA FICA CATIVO, ATRAVÉS DO COMPROMISSO NÚMERO 2022/292, VALOR NECESSÁRIO PARA A ASSUNÇÃO DA RESPECTIVA DESPESA.-----

06 – OUTROS ASSUNTOS:_____

06.01 – ADENDA AO PROTOCOLO PROJETO-PILOTO INTEGRAR VALORIZA – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“Nos termos do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de Agosto, a resposta nacional em matéria de migrações, concretizada no seu eixo terceiro, prevê a “... promoção do acolhimento e integração dos imigrantes, assegurando que se encontrem em situação regular, promovendo o reagrupamento familiar, favorecendo o domínio da língua portuguesa, a escolarização das crianças e jovens e a educação e formação profissional de adultos, melhorando as condições de acesso a habitação, saúde e proteção social, e estimulando a sua integração e participação cívica”.

A intervenção das entidades ao nível local, que pela proximidade dispõem de conhecimento privilegiado, permite identificar e responder prontamente e com rigor aos desafios e necessidades, mas também estimular e dar visibilidade às oportunidades que a população imigrante representa para os municípios de acolhimento.

Com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2021, de 9 de julho, é criado o projeto-piloto “Integrar Valoriza”, constituído por uma rede de municípios, que visa implementar medidas de política pública nacional descentralizadas, mediante intervenção articulada e integrada, entre entidades públicas e privadas com responsabilidades na área do acolhimento e da integração de pessoas imigrantes, pretendendo fomentar o trabalho em rede, reforçando as respostas de integração em cada território abrangido, operacionalizando e descentralizando os recursos conducentes à prestação de respostas que permitam o acompanhamento adequado das situações, nomeadamente ao nível social, laboral, habitacional, educacional, da saúde, mas também cívico;

O Município de Esposende, comprometido e empenhado, no âmbito da sua missão, em promover a integração e a inclusão social dos seus munícipes, em particular, das populações migrantes, designadamente através da implementação de políticas públicas de acolhimento e integração destas comunidades; aderiu à rede de municípios nos termos do disposto no n.º 5 e no n.º 9 da referida Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2021, tendo o protocolo em apreço sido aprovado em reunião de Câmara de 14 de outubro último.

Porém, solicita-nos, o Alto Comissariado para as Migrações, a retificação da Cláusula 8.ª do protocolo em apreço, pelo que é ora apresentado a deliberação, pela Câmara Municipal, dos termos dessa mesma alteração e da retroatividade da mesma.” Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----



Colocado o assunto à discussão, pela Senhora Vice-Presidente Alexandra Roeger foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, AUTORIZAR A OUTORGA DA ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E O ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P., NO ÂMBITO DO PROJETO-PILOTO INTEGRAR VALORIZA, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI PROPOSTA E COM OS QUAIS CONCORDA.-----

Pelo Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto, foi apresentada a seguinte declaração de voto: *“Este projeto-piloto Valoriza acabou por trazer à vila de Fão alguma dinâmica urbana e por revitalizar aquela zona, sobretudo com as crianças das famílias que lá estão alojadas. Infelizmente, temos visto que, de vez em quando desaparecem as famílias. Portanto, claro que eu sei que não é responsabilidade da Câmara Municipal, mas, eu acho que fazia sentido a Câmara Municipal estar um pouco alerta nisso, porque, esta gente já vem focada para saltar para outros países. Mas, valorizar o projeto, e sobretudo pelo facto de estar onde está.”*-----

07 – EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM: _____

07.01 - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (PGRCIC) - 2021 – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi presente em reunião o ofício n.º 0234/EAmb/22, de 25 de janeiro, com o seguinte teor: *“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar V. Ex.ª de que o Conselho de Administração da EAmb – Esposende Ambiente, EM, em sua reunião ordinária de 24 de janeiro de 2022, deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório de acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) – 2021, nos precisos termos em que foi apresentado.”* Foi igualmente apresentado o Relatório de Acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) – 2021. Ficam arquivadas cópias dos mesmos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante e cujo ofício se dá aqui como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Presidente da Câmara informou que o Presidente do Conselho de Administração da empresa municipal Esposende Ambiente se encontrava presente, caso fosse necessário prestar algum esclarecimento adicional, tendo o Senhor Vereador Luís Peixoto apenas referido que, estes Relatórios e Planos eram fundamentais para que uma instituição pública prestasse contas e passasse para o exterior uma imagem clara de franco funcionamento, sem os riscos que estão associados à gestão pública.-----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

07.02 - PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (PGRCIC) – 2022 – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi presente em reunião o ofício n.º 0240/EAmb/22, de 25 de janeiro, com o seguinte teor:



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 940 100


www.municipio.esposende.pt

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar V. Ex.ª de que o Conselho de Administração da EAmb – Esposende Ambiente, EM, em sua reunião ordinária de 24 de janeiro de 2022, deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) – 2022, nos precisos termos em que foi apresentado.” Foi igualmente apresentado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) – 2022. Ficam arquivadas cópias dos mesmos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante e cujo ofício se dá aqui como transcrito.-

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

08 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

--Encerrada a ordem de trabalhos foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto nos números um e dois do artigo quadragésimo nono do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo quarto do Regimento, tendo-se verificado a inscrição da Senhora Fernanda Figueiredo, que depois de autorizada pelo Senhor Presidente da Câmara, fez a seguinte intervenção:

“Bom dia a todos,

Apresento-me, o meu nome é Fernanda Figueiredo, sou natural de Esposende com muito orgulho.

Nasci e vivo atualmente em Fão mas para aquilo que interessa aqui, sou Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica António Correia de Oliveira e membro do Conselho Geral do Agrupamento.

O que me traz aqui hoje é algo que não é novidade nem para a vereação da Educação nem para o Sr. Presidente da Câmara porque é um assunto que a nossa associação já abordou anteriormente e que, tanto o novo diretor, o Professor Manuel Meira como o anterior, o diretor Neiva, têm vindo a pedir de uma forma recorrente.

Este assunto é a necessidade de obras na escola sede do agrupamento, a Antonio Correia de Oliveira.

Neste momento, vai proceder-se à remoção do fibrocimento nos anexos. São umas obras essenciais para a segurança das crianças mas que não chegam para responder às necessidades imediatas da escola.

Peço desculpa por ter de ser extensiva, mas vou enumerar aqui uma série de situações que causam grandes transtornos no dia-a-dia.

O primeiro problema grave da escola é a falta de espaços físicos:

700 alunos frequentam a escola e todos os anos, a direção tem de fazer uma ginástica tremenda para conseguir coordenar os horários e encaixar as turmas todas dentro salas existentes. Não há salas suficientes.

Por exemplo este ano, são 29 turmas que têm de encaixar em 18 salas.

Para além disso:

- não existe uma casa de banho adaptada para crianças com necessidades educativas especiais, sabendo que a escola tem alunos que precisam dela;
- não há um gabinete para o psicólogo;
- não existe uma sala de reuniões para os professores;
- não há sequer um laboratório de ciências. Só um anexo para guardar os materiais;
- não há uma sala polivalente que permita ao alunos realizarem atividades tais como as que foram promovidas durante o programa do Rumo ao Sucesso.
- Atualmente temos uma criança de cadeira de rodas que, para além de ter de usar as casas de

banho normais não consegue aceder nem a biblioteca nem ao pequeno auditório que existe no



primeiro piso da escola porque não existe elevador.

Esse são exemplos da falta de espaços físicos. O segundo problema é o do isolamento:

A construção tem uns 30 anos e o isolamento térmico é péssimo sendo que muitas salas nem sequer tem aquecimento.

É comum no inverno, os alunos passaram as aulas de casaco enfiado o dia todo. Aliás no inverno passado, até mantas levaram. Acho que nenhum de nós seria muito produtivo no seu trabalho se passasse frio, quanto mais crianças...

Enquanto associação de pais, na altura de remover o amianto ainda sugerimos a reabilitação do resto do edifício para aproveitar aquele espaço para as salas que fossem necessárias mas essa solução não veio a ser viável.

Sabemos também que foi colocada a hipótese de acrescentar um piso ao edifício da cantina para permitir aumentar o número de salas e acrescentar um elevador... Só que, após a reunião que tivemos ainda ontem com o diretor da escola, nem ele nem nós temos informações concretas.

Em maio passado, abordamos o assunto à Câmara através da vereadora Angélica Cruz. Entretanto muda o diretor, há eleições, muda a vereação e há ainda a transferência de competências da DGEstE para a Câmara e nós, pais, continuamos a aguardar. E cada dia que passa, é mais um dia em que essas obras ficam adiadas.

Entendo que o ensino secundário e superior sejam importantes para o nosso concelho mas concordarão comigo que as 700 famílias do concelho que vivem nas várias freguesias e cujos filhos frequentam diariamente a escola, não podem nem devem ficar trás...

Assim, enquanto representante dos pais da escola, venho aqui pedir a ajuda ao Município e um ponto de situação concreto relativamente a esta questão.

Obrigada!"

O Senhor Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos, nos seguintes termos:

"Eu depois passarei a palavra à Senhora Vereadora Alexandra Roeger, para ela poder explicar melhor questões mais concretas, porque tem havido um diálogo permanente com a direção da escola, com o Professor Meira, e já havia no passado com quem lá estava.

Mas eu tenho que introduzir a questão desta forma, o Município de Esposende tem investido muito dinheiro na requalificação das escolas. Temos um Parque Escolar bastante extenso, e temo-lo feito em dois campos, um, e esse que é o da nossa exclusiva responsabilidade, e que tem a ver com o primeiro ciclo, e aí temos requalificado praticamente todas as escolas pelo concelho, substituição do fibrocimento, muito antes da lei, ou melhor, do Estado avançar com esta ideia de substituição do fibrocimento, já nós tínhamos acabado com o fibrocimento aqui em Esposende há muito tempo. Foi no meu tempo, mas já foi há uns anos e à conta disso, de ter andado depressa, não recebi dinheiro nenhum e portanto, tivemos que fazer tudo a expensas do Município, que foi uma pena. E depois, temos a outra dimensão, que é aquilo que é da responsabilidade do Estado, da Tutela. E o segundo ciclo ainda não é da responsabilidade do Município.

Ou seja, tudo isso que está a dizer, são coisas que estão em falta por via da ineficácia da Administração Central, ou quase tudo, não quer dizer que não haja ali uma parte do primeiro ciclo que possa ser acometida a nós, porque tem lá convivência com o primeiro ciclo também, e sim, há lá coisas, nós temos até compensado algumas dessas situações, tentado resolver, mesmo no exterior, aquela questão das refeições, muita coisa. Estamos a pagar uma tenda, um espaço até bastante significativo de valor, para ter lá melhores condições.

Mas tudo aquilo que é do segundo ciclo, ainda não é da nossa responsabilidade e eu já sabia que isto ia acontecer. Aliás, nós temos sempre dito isso, é uma das minhas queixas relativamente à transferência de competências para os municípios, é que, enquanto era da responsabilidade da Tutela, há uma certa aceitação da coisa, porque é lá longe, é o diretor



da DGEstE, ou então o Ministro, é difícil chegar às pessoas, a partir do momento em que passa para a responsabilidade dos Municípios, vem a pressão toda para cima de nós. Mas nós queremos resolver, nós queremos ser parceiros nisto, não queremos obstaculizar nada, ou esquecer, muito pelo contrário, mas é preciso que se perceba isso, que não se atire a responsabilidade para cima do Município. Não estou a dizer que tenha feito isso, mas é importante que explique também aos outros pais, é preciso perceber quem tem competências para o quê.

Nós estamos a viver esta dificuldade na área da saúde, a receber os centros de saúde e chegamos à conclusão que precisamos de quase quatro milhões de euros, para reparar os centros de saúde, para os pôr em condições de acordo com o que a lei exige para o funcionamento dessas instalações de saúde. Estamos a fazer a mesma coisa em relação aos espaços escolares, e eles vão fazer a mesma coisa, vão empurrar para cima dos Municípios, edifícios nos quais nunca fizeram manutenção. Aquilo que fala daquele espaço lá atrás, é uma vergonha, mas não é responsabilidade da Câmara, aquilo era um espaço antigo que lá existia, que não tem condições, e que nós estamos a olhar para isso, e a pensar como é que vamos resolver, mas que era da responsabilidade da Tutela, resolver esse problema, não era nossa.

Agora temos que fazer esse diagnóstico, vamos dizer assim, dos espaços que vamos receber, para poder depois quantificá-los e ver se há fundos para resolvermos esses problemas, ou não.

No entanto, quero sossega-la neste sentido. Aquelas questões mais prementes tipo acessibilidades, casas de banho, elevadores, essas coisas para nós são prioritárias, e nós vamos resolver esses assuntos, só que, nós não conseguimos ir a todas, temos tanta coisa para resolver em tantos locais, que temos que ser criteriosos, mas é um assunto que fez muito bem sinalizar e portanto, eu peço-lhe até, e a Senhora Vereadora terá toda a disponibilidade para vos receber, para que encetem um diálogo, que tem que ser simultâneo com a direção da escola. Portanto, não podemos ter dois interlocutores dentro da escola, a Associação de Pais tem que estar perfeitamente unida à direção, porque os interesses são comuns, e portanto, nós temos que ter um interlocutor para articularmos as coisas.

Nós tentaremos fazer isso, claro que teremos que olhar para as outras escolas, para Apúlia, para Marinhas, Forjães, todas as que são do segundo ciclo, e para a secundária, que já temos um projeto como ouviu certamente eu dizer há pouco, que a primeira fase está praticamente concluída e depois partiremos para uma segunda fase, que eu penso que é um upgrade enorme para o ensino do secundário aqui, e que pode levar inclusive, a alterações substanciais, do ponto de vista daquilo que é a organização até, da presença do terceiro ciclo dentro do espaço do secundário, até que ponto é que isso é favorável ou não, face aquilo que venham a ser as dinâmicas que nós vamos implementar lá dentro. Se continuará a acontecer no futuro, se nós conseguirmos incrementar e criar atrativos para que os alunos vão para lá para o secundário. A partir do momento em que construirmos a escola das artes lá dentro, com uma parte ligada ao teatro, à música, etc, até que ponto é que isso não pode ser um chamariz para os alunos, que não precisam ser todos de Esposende, como é evidente, e possa encher aquele espaço com alunos só do secundário, e redistribuir os alunos, até será muito bom para as restantes escolas, como é evidente, redistribuir quer pela Correia de Oliveira, quer pela de Apúlia, quer até por Marinhas que é aqui mais perto. Já nem falo de Forjães que é um pouco mais longe, mas também, certamente terá ali alunos do terceiro ciclo de Forjães.

Isto para dizer que, a abordagem é esta, é muito clara, nós temos toda a atenção a dar a esses assuntos, como deve imaginar, nós na Escola Secundária fizemos alterações de última hora, precisamente para permitir que um aluno que tinha uma dificuldade até bastante acentuada, pudesse ficar com o problema dele desde logo resolvido, aliás, a DGEstE não aprova nenhum projeto que não considere a parte das acessibilidades, como é evidente. Portanto, aí estivemos dessa forma, e já agora, fica a nota que, mesmo a substituição de fibrocimento que aparece



como sendo um programa do Governo, em boa verdade não é, ou melhor, é, mas com o dinheiro das Câmaras. Eu já expliquei isso, mas fica também com essa informação, certamente não terá ouvido, mas o que acontece, é que, isso foi contratualizado através do quadro comunitário em vigor, do Portugal 2020, nas Cim's, que nós chamamos o PDCT do Cávado, essas verbas estavam lá, e depois o Governo lança, mas no fundo, é através das verbas que já tínhamos contratualizado para outras coisas, que tiveram que passar para a parte do fibrocimento. Ou seja, o dinheiro que nós poderíamos ter gasto noutras coisas, foi canalizado prioritariamente para ali. Eu nem me chateio muito com isso porque é para uma boa causa, mas a questão é que, quem devia fazer isso devia ser o Governo, com o dinheiro deles, do Orçamento de Estado, porque os edifícios são deles, não tinham que ir buscar ao pouco que deixaram para as Câmaras, para sermos nós a fazer. Da mesma forma, já agora fica também a saber, que a Escola Secundária, a obra que lá está a ser feita, foi financiada através do mesmo mecanismo, nós não tivemos a sorte de ter tido uma intervenção da Parque Escolar.

Todos os Municípios aqui das redondezas tiveram intervenções da Parque Escolar, duas em Barcelos, a Alcides Faria e outra junto ao rio, duas também em Viana, Santa Maria Maior e Monserrate, só na de Monserrate foi tipo dezoito milhões, uma coisa brutal, Póvoa também, só nós aqui, vá-se lá saber porquê, é que ficamos para a 3ª, 4ª fase da Parque Escolar, e, quando passamos à 4ª fase já não havia dinheiro. É empurrar para a frente e depois não há dinheiro. Para fazer o pouquinho que fizemos, resultou do Município de Esposende se ter posto em campo, vamos dizer assim, e pedir o apoio da Tutela para fazer pelo menos um "refresh" nos edifícios.

O valor que estava orçamentado para a Escola Secundária de Esposende era catorze milhões de euros, depois na altura, eu achava que com seis milhões de euros conseguia fazer a obra, e fazíamos, a Câmara fazia a obra com seis milhões de euros. Dos seis milhões, veio um milhão e oitocentos e tal, através do PDCT do Cávado. De catorze milhões, para um milhão e oitocentos, 10% pouco mais, mesmo assim, nós não quisemos deixar de avançar, fizemos um acordo com a Tutela, eles pagavam do valor total 85% do valor da obra, depois tivemos que pôr a obra no valor certo, só podíamos ir até aquele valor. 85% seria esse milhão oitocentos e qualquer coisa, mais 15%, 7,5% da Câmara e 7,5% do Governo, do Ministério da Educação.

E montamos uma operação, que depois na prática já não foi assim, porque entretanto havia trabalhos a mais, tivemos que pôr lá mais duzentos e tal mil euros da Câmara, que agora já ninguém põe, mas havia coisas a fazer e portanto, ou seja, pusemos 7,5%, mais duzentos e tal mil euros agora, sendo que aquilo nem sequer é nosso.

Eu fico contente por fazer, o problema disto é que, estamos a tirar dinheiro aos municípios de Esposende, e não é justo que os de Viana, da Póvoa, de Barcelos, vai lá o Estado e faz, e aqui para fazer, temos que ir ao nosso bolso, de todos, dos nossos impostos para pôr lá o dinheiro, é injusto!

É importante vocês saberem isto, para poderem partilhar com a comunidade escolar.

A nossa posição tem sido esta, é, nós tentamos fazer em todo o lado, agora vamos receber o Parque Escolar Municipal todo, aí vamos ter que olhar para todos eles, caracterizá-lo todo, já o estamos a fazer, ver que intervenções é que são necessária, porque também pretendemos fazer uma espécie de ponto de situação quando o recebermos, queremos ter na mão um documento que amanhã possamos mostrar, em termos políticos no futuro, e mostrar à Tutela dizendo: "os senhores estão-nos a passar isto, estão a dar-nos x por ano para manutenção, mas isto não chega a nada." Porque se nos passassem edifícios novos e dissessem, estão aqui vinte ou trinta mil euros para manutenção durante o ano, aquilo que nós achássemos que era razoável, tudo bem. O problema é que, dão-nos os edifícios em muito mau estado, sem intervenções há muitos anos.

Eu recordo-me que na Secundária, havia pedaços de betão fissurados a cair, e vocês lá no



pavilhão tinham também um problema gravíssimo, felizmente conseguiu-se resolver, mas o estado de conservação do Parque Escolar Municipal era aquele, uma coisa dramática.

Portanto, a Senhora Vereadora Alexandra pode pormenorizar isto um bocadinho, mas, a abordagem é esta, quando passar para o nosso lado, naquilo que tem a ver com o que será da nossa competência total, nós vamos fazer um diagnóstico da situação, identificar isso, e vamos priorizar, independentemente de haver apoios ou não, resolver esses problemas, porque são importantes e eu compreendo tudo que disse, essas salas para as atividades, o gabinete do Psicólogo, portanto, tentar articular e amenizar isso, e se for necessário imagine, em última análise uma ampliação da escola face à população escolar ou uma coisa desse género, são sempre processos a conduzir em conjunto.

Nós vamos apoiar nesse sentido sempre, é do nosso interesse, nós não temos prazer nenhum em ter um Parque Escolar mal conservado e ter os pais a reclamar, como deve imaginar.”-----

O Senhor Presidente passou a palavra à Senhora Vereadora Alexandra Roeger, tendo a mesma referido:

“Bom dia, só para fazer um enquadramento, o Senhor Presidente referiu a questão do ponto de situação do diagnóstico e, efetivamente, já passamos pelos dois Agrupamentos e pela Escola Secundária. Na Escola Secundária naturalmente na zona mais antiga, para fazer um diagnóstico do edificado, ver exatamente qual é o ponto de situação, e quais são as obras necessárias para se fazer a sua requalificação e ir de encontro aquilo que o senhor diretor nos transmitiu que seriam as preocupações.

Todas estas preocupações que refere, ele já nos tinha passado essa informação e esse ponto de situação está mesmo a ser acabado, as visitas já acabaram, está neste momento a constituir-se o relatório.

Isso é um ponto.

Relativamente a estas outras questões, eu estive na escola em dezembro, o senhor diretor na altura tinha dito que a visita, preferia que ela fosse feita sem meninos na escola, portanto, durante as férias de Natal. Assim foi, fomos fazer essa visita com a equipa técnica da Câmara, estivemos a ver quer na escola de Apúlia, quer na escola aqui de Esposende também, os problemas mais prementes. Decorrente desses problemas, pedimos uma reunião com o engenheiro da DGEstE que esteve cá no dia 12 de janeiro, portanto, estamos a falar há 20 dias, e nessa reunião foi a altura em que estivemos a tentar avaliar, até que ponto a DGEstE também concordaria com algumas das intervenções, para resolver estes problemas, designadamente um eventual 2º piso como referiu, eventualmente a demolição daquela casinha mais pequenina, e a questão dos sanitários para os meninos com Necessidades Educativas Especiais, todas estas questões.

Por parte do engenheiro Jorge Araújo nesta visita do dia 12, o que ficou combinado foi, o diretor da escola mandar-nos as plantas e informação que já tivesse, já nos fez chegar essa informação e, neste momento, estamos a avaliar o que é que isto representa em termos de projeto, de custos, etc, ou seja, os processos estão a decorrer.

Relativamente aos espaços exteriores sei que a Esposende Ambiente já esteve lá também, para ver como é que se podia pelo menos melhorar um bocadinho os espaços ajardinados, e melhorar as árvores e resolver os problemas das árvores. Ou seja, de alguma forma isto está a andar, agora, claro que não pode ser de hoje para amanhã, tem que se ir construindo todo um processo, mas de qualquer forma, temos toda esta organização já em curso.

Isto é recente, eu queria só referir que, foi há um mês que estivemos na escola a fazer toda esta avaliação.

A vinda do engenheiro da DGEstE cá, também foi muito importante, também fica a par destas fragilidades e, é exatamente o que o Senhor Presidente refere, a competência neste momento não sendo nossa, nós não podíamos agora pura e simplesmente começar a fazer um projeto,



sem ter um mínimo de informação por parte da DGEstE de concordância.”-----

O Senhor Presidente da Câmara retomou a palavra tendo referido:

“Em boa verdade nós hoje nem legitimidade temos para intervir naquela área da escola, isso teria que ser objeto de um protocolo, no caso da Secundária tivemos que assinar um protocolo para termos legitimidade para intervir lá.

Mas fica sempre a disponibilidade da Senhora Vereadora Alexandra Roeger para vos receber e para irem acompanhando o processo.

Eu gostava de saber se vocês fizeram essa reclamação para a DGEstE, se foi enviado algum documento para lá, no sentido do que veio fazer aqui, porque era importante fazerem o mesmo relatório, até dizendo que já falaram com a Câmara Municipal, mas remeter para lá, para eles saberem, porque ainda hoje a responsabilidade é deles, era importante sinalizar isso, mesmo do que falta agora, porque só nos ajuda.

Aquilo que eu sugeri na área da saúde foi que eles tentassem influenciar a Tutela, o Ministro, quem está responsável essencialmente até pelos fundos comunitários, para criar avisos correspondentes a estas necessidades. Ou seja, basicamente é o seguinte, o Parque Escolar passa para o Município, entretanto eles criavam uma linha de financiamento para intervenção em escolas, para corrigir, de acordo com as tipologias que aparecessem, coberturas, melhoria da eficiência energética, acessibilidades, e nós, pegariamos nas escolas, era uma boa forma do Estado resolver este problema, passavam a responsabilidade para nós, mas ao mesmo tempo davam-nos a oportunidade de ir ali buscar financiamento, nem que fosse 85%, o restante também haveríamos de arranjar, mas dar essa oportunidade.

Aquilo que nós tentamos sugerir e eu até acredito que isto venha a acontecer, mas não vi da parte deles assim muito entusiasmo, mas seria o correto, já que não o fizeram, passavam para nós e permitiam que a gente acesse a fundos comunitários para resolver aquilo que eles não resolveram.”-----

Não se verificaram mais intervenções neste período.-----

---E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta da ata da presente reunião, que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo onze horas e quarenta e cinco minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.-----

---E eu, Mafalda Sofia Miguéis Santos Ferreira, Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, redigi e subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião. -----

